

Irmandade de São Gonçalo de Mariana: sociabilidade e perfil social dos dirigentes (1749-1769)

Brotherhood of São Gonçalo of Mariana: executive's sociability and social profile (1749-1769)

Pedro Fosque Sanches

Graduado em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

pedro.sanches@aluno.ufop.edu.br

Recebido: 13/02/2023

Aprovado: 28/05/2023

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo principal investigar aspectos socioculturais da Irmandade de São Gonçalo, da cidade Mariana, entre os anos de 1749 e 1769. O Livro de Eleições, Receitas e Despesas desta irmandade possibilita a identificação das pessoas que participaram ativamente da administração da irmandade, como oficiais ou irmãos de mesa. Propomos a reconstrução do perfil social de uma parcela dos oficiais da mesa por considerarmos que os índices sociais e culturais auxiliam na compreensão de aspectos da sociabilidade experimentada nesta associação. Para isso, recorreremos aos inventários post mortem produzidos por ocasião do falecimento de irmãos que tenham sido identificados nos manuscritos da irmandade. Como hipótese, consideramos que a Irmandade de São Gonçalo pode ter reunido pessoas de níveis socioculturais distintos.

Palavras-chave: Irmandade; Urbanização; Sociabilidade

Resumen/Abstract: The paper investigates sociocultural aspects of the Brotherhood of São Gonçalo in the city of Mariana between 1749 and 1769. The book of records – expenses, income and elections – was used to identify the people who actively oversaw the Brotherhood, such as officials known as ‘desk brothers’. We propose rebuilding the social profile of some of the desk brothers because sociocultural indexes help understanding the kind of sociability lived in the Brotherhood. We used post-mortem inventories written immediately after the death of brothers who happen to have been identified in the Brotherhood’s book of records. We posit that the São Gonçalo Brotherhood may have held people of different sociocultural backgrounds.

Palabras clave/Keywords: brotherhoods; urbanization; sociability

Abordagem das fontes

A invocação de São Gonçalo de Amarante é um tema que recebeu pouca atenção por parte de pesquisadores que se dedicam ao tema da religiosidade no mundo luso-brasileiro. Segundo a tradição hagiográfica, o Santo teria nascido durante a segunda metade do século XII, no “reino de Portugal, nas partes entre Douro e Minho, e arcebispado de Braga, junto de um rio chamado Visela, em freguesia de S. Salvador, do lugar de Tagilde” (FLOS SANCTORUM, 1674, p. 134), filho de uma família nobre do ramo dos Pereira. As narrativas encontradas no Flos Sanctorum e no Agiologio Lusitano possuem muitas características em comum e descrevem a forma como Gonçalo de Amarante dedicou-se à pregação e à peregrinação. Relatam também a adesão de Gonçalo à Ordem dos Pregadores, os milagres realizados pelo santo e a ocasião na qual teria ocorrido o seu falecimento. A data da morte de São Gonçalo foi sacramentada com a devida encomendação da alma do santo, pois Nossa Senhora revelou para ele o dia em que faleceria.

Chegado finalmente o prazo em que Deus tinha determinado levar este seu fiel servo, precedendo revelação da sacratíssima Virgem do dia de seu trânsito, preparado com os Sacramentos da Igreja, e nos braços da mesma Senhora, que cercada de Anjos naquela hora o acompanhava, se desatou sua santíssima alma das prisões da carne, e revestida de soberanos esplendores subiu aos palácios da eterna bem aventurança. (CARDOSO, 1652, p. 97).

A iconografia de São Gonçalo de Amarante depreende-se da história de vida do santo: o hábito dominicano; o cajado e a bíblia que remetem à Ordem Religiosa em que ele teria sido professo; a peregrinação e a pregação. A partir da hagiografia e da iconografia de Gonçalo de Amarante é possível diferenciá-lo de outro santo denominado São Gonçalo Garcia. Este teria nascido na Índia portuguesa – filho de uma indiana e de um português – e ingressado na Ordem Franciscana na década de 1750, sendo martirizado junto de outros vinte e dois religiosos que estavam em uma missão religiosa no Japão (OLIVEIRA, 2016, p. 69).

A hagiografia de S. Gonçalo de Amarante não permite responder sobre a existência histórica do personagem, contudo auxilia na compreensão dos laços que aproximavam o santo dos portugueses. A sua invocação, conforme propõe o pesquisador e padre Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha, esteve inicialmente vinculada à região norte de Portugal, tendo primeiro se articulado inicialmente em freguesias como as de Guimarães e Chaves (CUNHA, 1996). Os documentos da

colegiada de Guimarães referentes à invocação denominada gonçalina, transcritos por Cunha, permitem conhecer alguns aspectos desse acontecimento nos séculos XIII, XIV e XV. Os mais antigos correspondem a dois testamentos que evidenciam a existência de uma igreja dedicada ao santo em Guimarães, sendo o primeiro registrado no ano 1279 e o segundo em 1338 (CUNHA, 1996).

O clero português pleiteou a canonização de São Gonçalo junto às autoridades eclesiásticas, sobretudo após a década de 1540, período no qual ocorreu a construção do Convento de São Gonçalo, em Guimarães. Os processos para santificação de Gonçalo não obtiveram êxito, mas seu culto foi reconhecido pela Igreja, em 1562, quando se procedeu à beatificação. Venerado desde o século XIII, consolidou-se como santo popular pela devoção dos portugueses que se referiam a ele como “Glorioso São Gonçalo”. A adoração chegou ao continente americano com a colonização do Brasil, manifestando-se em diferentes vilas da capitania de Minas Gerais, a partir do início dos setecentos.

A Irmandade de São Gonçalo da Vila de Nossa Senhora do Carmo da cidade de Mariana será focalizada, destacando-se o papel deste sodalício para a sociedade estudada e sua relação com os poderes locais. Deste modo, optamos pela reconstrução do perfil sociocultural dos membros da mesa administrativa desse grupo como método para o estudo da irmandade e das redes de sociabilidade urbana da região do Carmo. As fontes utilizadas serão os manuscritos da Irmandade de São Gonçalo da cidade de Mariana, produzidos entre os anos de 1749 e 1769, que compõem o acervo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. O Livro de Registro das Eleições, Receitas e Despesas da Irmandade de São Gonçalo será utilizado como base para identificação dos irmãos e irmãs que participaram da administração, viabilizando a reconstrução da composição desse grupo que esteve responsável pela associação durante as décadas de 1750 e 1760. Este códice ainda não foi trabalhado por pesquisadores e, portanto, pode ser considerado uma fonte inédita.

Já o levantamento de índices socioeconômicos pode ser obtido por meio do estudo de fontes cartoriais: inventários e testamentos produzidos por oficiais do cartório da cidade de Mariana. O cotejo das fontes utilizadas auxilia na compreensão de um sodalício que ainda não foi trabalhado pela

historiografia, colaborando com os estudos já existentes sobre as irmandades e a sociabilidade urbana nas Minas Gerais setecentista.

Irmandades e sociabilidade na Vila de Nossa Senhora do Carmo/cidade de Mariana

A colonização da região que viria a ser a capitania de Minas Gerais provocou o deslocamento de uma população diversa que se direcionava para o território recém-descoberto em busca de enriquecimento. Pessoas provenientes da capitania de São Paulo e de outras regiões da colônia e do reino se dirigiram para a região motivados por sucessivas descobertas auríferas (ANTONIL, 1711, p. 136-137).

A Coroa buscou, desde a primeira década do XVIII, controlar a circulação e a permanência do clero. Em 1705, procedeu-se à restrição para membros do clero regular e à determinação da prisão de clérigos que permanecessem no território sem licença régia, impedindo, assim, que as ordens primeiras se instalassem no território (VASCONCELLOS, 1904, p. 301-302). Esta medida influenciou a formação urbanística das Minas Gerais, pois, ao contrário do que se observou em outras regiões da América portuguesa, coube aos leigos os encargos relacionados à construção dos templos religiosos.

Os primeiros arraiais da região das Minas foram erguidos nos locais onde se descobriram o ouro, tendo sido fundado, o arraial de Nossa Senhora do Carmo, próximo às margens do rio homônimo, articulado em torno de duas capelas (VANCONCELLOS, 1904, p. 100). Embora seja difícil estabelecer datas para estes assentamentos, podemos considerar que o arraial do Carmo foi um dos mais antigos.

A fundação das primeiras vilas ocorreu em 1711, dentre as quais destacamos a Vila de N. S. do Carmo, fundada em 8 de abril (VASCONCELLOS, 1904, p. 269). A organização das primeiras associações leigas antecedeu, conseqüentemente, a instalação do aparato jurídico e administrativo. Conforme propõe Caio César Boschi:

do ponto de vista cronológico, as irmandades mineiras chegaram mesmo a se constituir anteriormente à instalação do aparelho burocrático e militar, o que

permite aventar a hipótese de que a solidez e a permanência da vida urbana em Minas Gerais deveram-se mais a essas comunidades leigas que ao Estado português. (BOSCHI, 1986, p. 32)

De acordo com Cláudia Damasceno da Fonseca, a capela de São Gonçalo do Amarante da Vila do Carmo foi construída no início do século XVIII, nas proximidades do caminho que ligava o arraial do Carmo à região onde estavam localizados os arraiais que posteriormente viriam a ser Vila Rica (FONSECA, 1995, p. 58). Conforme aponta o cônego Raimundo Trindade, pesquisador que se dedicou ao tema das instituições religiosas mineiras, a capela de São Gonçalo foi construída e ornamentada por devotos, sendo dotada pelo capitão Manoel Cardoso Cruz, minerador, que “havia constituído patrimônio à capela numas casas sitas em sua lavra” (TRINDADE, 1945, p. 202).

A escolha de São Gonçalo como santo padroeiro, venerado no altar principal da capela, sugere que esse ocuparia uma posição prestigiosa na geografia do sagrado. Segundo Pedro Penteado:

Desde a idade média que os cultos mais importantes se situavam no altar principal e nos altares do lado do evangelho. É, pois, necessário estudar a disposição no interior dos templos, de modo a apurar alguns índices de um escalonamento e até das próprias associações de leigos. (PENTEADO, 1995, p. 38)

A construção da matriz da Conceição, no início da década de 1710, evidencia “uma primeira mudança no eixo de crescimento da população de Mata Cavalos para o Arraial de Baixo” (VELOSO, 2013, p. 174). As transformações no espaço urbano se deram também em prol da contenção dos danos oriundos do uso de técnicas rudimentares de mineração que impactavam negativamente na geografia da vila e que afetavam de forma incisiva a região do entorno das capelas de São Gonçalo e de Nossa Senhora do Rosário. A região próxima ao templo dedicado a São Gonçalo logo passou a ser designada pela invocação que ali se manifestava revelando a importância da capela como equipamento urbano mobilizado durante a formação da Vila do Carmo. A partir da década de 1710, as construções da Vila de N. S. do Carmo passaram a ser, preferencialmente, erguidas junto ao novo núcleo que se originou nas proximidades da igreja matriz (FONSECA, 1995, p. 71).

Com a fundação do bispado de Mariana, em 1745, a antiga vila foi elevada à categoria de

cidade e passou a ser sede eclesiástica da capitania. O novo bispado surgiu como resposta da igreja diante da indisciplina do clero e da distância entre o bispado do Rio de Janeiro e as vilas mineiras (VASCONCELLOS, 1904, p. 389-399). A presença do alto clero – bispo, cônegos e vigário geral – alterou as dinâmicas sociais de modo a reforçar o papel da Igreja enquanto autoridade habilitada para deferir sobre as questões morais e teológicas. Conforme destaca o historiador Penteado, a atuação do clero junto às irmandades visava a interiorização de princípios religiosos e o enquadramento dos leigos:

A intervenção clerical fazia-se no sentido de controlar o aparecimento de heresias e de difundir os princípios básicos da crença católica, de inculcar maiores níveis de interiorização devocional e consolidar o enquadramento paroquial dos leigos, através dos espaços e tempos de culto promovidos pelas irmandades. (PENTEADO, 1995, p. 39)

A relevância do episcopado para os habitantes da cidade de Mariana pode ser percebida no texto do *Áureo Trono Episcopal*, livro de autoria desconhecida, “dedicado ao ilustríssimo S. Bernardo, e dado à luz por Francisco Ribeiro da Silva, Clérigo Presbítero e cônego da nova Sé Marianense” (SILVA, 1749, p. 45). A crônica descreve a chegada de D. Frei Manuel da Cruz, primeiro bispo de Mariana, recebido com grande pompa, tendo sido a cidade previamente ornamentada por ordem da câmara e os Infantes mobilizados:

armaram-se nobremente as janelas de ricas tapeçarias, e cobriram-se as ruas de areia, espanada e flores. Bordavam as mesmas ruas as companhias Infantes das Ordenanças, as quais serviam não só de ornato, e obsequio, mas também de reprimir as desordens do povo. (SILVA, 1749, p. 45)

A entrada do Bispo nomeado para a diocese tinha por finalidade reafirmar a autoridade do episcopal frente à população e aos poderes locais (PAIVA, 2001, p. 79). A cerimônia teve início na capela de São Gonçalo, onde D. Frei Manuel da Cruz recebeu os paramentos: “o Reverendíssimo Doutor Governador, revestido de capa pluvial, lhe administrou a Cruz, a qual S. Excelência de joelhos em uma almofada recebeu” (SILVA, 1749, p. 46).

O caminho que ligava a rua São Gonçalo à Catedral da Sé, passando pela Rua Direita, foi escolhido como percurso para o cortejo episcopal por ser um trajeto retilíneo. D. Frei Manuel da Cruz percorreu o trajeto montado em um “formoso cavalo branco, coberto de damasco branco,

guarnecido de galão, franja e borlas de ouro” (SILVA, 1749, p. 47), prosseguindo “em baixo de um Palio, em cujas varas pegavam seis cidadãos, que tinham servido de vereadores na Câmara desta cidade” (SILVA, 1749, p. 47).

As associações leigas serviram, ao longo do século XVIII, como estruturas que fomentavam a rede de sociabilidades urbanas da Vila do Carmo. A fundação do bispado de Mariana, por sua vez, influenciou as relações sociais, reafirmando a autoridade episcopal frente aos poderes locais.

A Irmandade de São Gonçalo da Vila de Nossa Senhora do Carmo

Como vimos, a Irmandade de São Gonçalo era uma das mais antigas da Vila do Carmo, sediada em capela própria, situada na região Mata Cavalos, tendo se articulado antes da instalação do aparato jurídico e administrativo lusitano. Com o passar das décadas, se tornou local periférico em relação aos outros núcleos da cidade.

Conforme propõe Fritz Teixeira Salles, no território minerário, durante o final do século XVII e início do século XVIII, haviam dois polos sociais: de um lado, a “cúpula social, reinóis, autoridades e bandeirantes” (SALLES, 2007, p. 172-173), e, no polo antagônico, os escravizados. Na Vila do Carmo, supomos que esta divisão levou à formação da Irmandade do Rosário e da Irmandade de São Gonçalo, sendo a última composta pelo grupo dos reinóis e dos bandeirantes.

A escolha das devoções do “Glorioso São Gonçalo” de Amarante e de Nossa Senhora do Rosário como santos a serem cultuados nos primeiros templos do arraial do Carmo pode ser compreendida como sintomática da sociedade que ali se formava. A congregação dos irmãos e das irmãs na tradicional irmandade repercutiu, assim como ocorreu no caso de outras confrarias, na conformação da hierarquia social do espaço urbano da Vila do Carmo. Neste sodalício reuniam-se parte da população que se representavam na qualidade social de brancos. Os terceiros carmelitas organizaram-se em Mariana, no início da década de 1750, e se articularam, primeiramente, no altar lateral da capela de São Gonçalo e, em 1759, deliberam pela compra de um terreno para construção de um templo próprio (TRINDADE, 1945, p. 169). A escolha da primeira sede da

Ordem Terceira do Carmo de Mariana foi possivelmente motivada pela composição social do grupo.

Os dirigentes da irmandade eram eleitos anualmente e exerciam os cargos de procurador, tesoureiro, escrivão e juiz. Os direitos e os deveres destes oficiais e dos demais irmãos encontravam-se registrados no Livro de Compromisso, documento normativo ao qual os irmãos atribuíam um conjunto de significados que não se restringem à prescrição das regras do sodalício. O compromisso era encaminhado para a Coroa com intuito de obter o beneplácito régio, sendo o instrumento jurídico-administrativo que concedia reconhecimento canônico e oficial das associações leigas.

Os registros da tesouraria da Irmandade de São Gonçalo de Mariana confirmam a existência de um compromisso e sugerem que esse pode ter sido reformado na década de 1750. Neste sentido, foi identificada a destinação de recursos que remetem à ornamentação do manuscrito e à confirmação jurídica. No total, constam seis registros de gastos relacionados ao Livro de Compromisso, dentre os quais figuram o pagamento de seis oitavas feito ao juiz para que a confirmação deste documento fosse executada. No entanto, o compromisso do grupo não foi localizado durante os trabalhos, nem nunca foi citado por pesquisadores que se dedicaram ao tema das irmandades mineiras.

Diante da impossibilidade de se estudar o compromisso da irmandade de São Gonçalo de Mariana, optamos pela análise do compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado (1738). A escolha desta fonte se dá em prol da consideração de que as irmandades que se reuniam em torno de uma mesma invocação tendiam a compartilhar traços de seus compromissos.

O compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado

O compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado, datado de 1738, foi produzido por devotos que se reuniam em capela própria localizada no arraial do Brumado, filial da matriz do Pilar da Vila São João del Rei. A digitalização desta fonte foi efetuada pela professora Maria Leônia Chaves de Resende, coordenadora do projeto intitulado Levantamento,

Cadastramento e Indexação das Fontes dos Arquivos Eclesiásticos da Diocese de São João del-Rei.

A historiadora Márcia Almada, em obra intitulada *Das Artes da Pena e do Pincel: Caligrafia e Pintura em Manuscritos no Século XVIII*, analisou a ornamentação de um conjunto de 34 compromissos pertencentes a diferentes associações religiosas. Dentre os manuscritos estudados, encontra-se o compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado. Foram identificadas seis técnicas de ornamentação empregadas neste compromisso, sendo estas: desenhos simétricos, volteios caligráficos que formam desenhos figurativos, cetras,¹ gravura subjacente, uso de ouro nas letras capitulares e em outros ornamentos e, por último, escrita com tinta colorida.

Adornar documentos era uma prática bastante antiga e ainda comum na sociedade setecentista, acostumada a lidar com a visualidade como um dos requisitos do discurso. Alguns documentos excedem suas funções de registro para alcançar caráter simbólico e solene. (ÁLMADA, 2010, p. 8)

O frontispício do compromisso da irmandade de São Gonçalo do Brumado apresenta uma gravura subjacente representando São Gonçalo de Amarante: o santo ocupa o centro da página, sendo adornado com douramentos em seu cajado e resplendor, envolto por rocalhas e palmas dispostas de forma simétrica. Traços geométricos que formam um octógono e um retângulo compõem a margem.

¹ Disponível em: <http://mundosnativos.com.br/arquivos-da-diocese-de-sao-joao-del-rei/>

Imagem 1: Frontispício do compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado (freguesia de São João del Rei)



FONTE: Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del Rei. *Compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado*. 1738.

Na introdução que sucede o frontispício, encontra-se um pequeno texto de abertura por meio do qual os irmãos expressam o desejo de que a “santa irmandade aumente no serviço do mesmo santo para glória, e honra de Deus, e tenha seus estatutos, pelos quais se governe, e saiba cada um dos Irmãos a obrigação que lhe compete”.

O texto se divide em quinze capítulos que discorrem sobre a estrutura do sodalício, a eleição dos dirigentes, a festa em homenagem ao santo, as reuniões que deveriam ser realizadas, as

esmolas e demais tarefas atribuídas aos oficiais da mesa e dos irmãos, os sufrágios em prol dos defuntos e sobre os sepultamentos.

O capítulo 1 define a composição da mesa, sendo esta formada por juiz, escrivão, tesoureiro e procurador. Os capítulos 4, 5, 6 e 7 dispõem sobre os deveres dos oficiais da mesa. O juiz da irmandade era o oficial de melhor posição na hierarquia da associação e competia a ele o dever de zelar para que os demais oficiais e irmãos cumprissem com as suas respectivas obrigações, “condenando, aos que sem legítimo impedimento forem remissos”.

No capítulo 9 são definidos os critérios para ingresso na irmandade: “haverá os Irmãos, assim seculares, como eclesiásticos, e mulheres que por sua devoção quiserem servir ao glorioso S. Gonçalo sendo pessoas de bom procedimento”. A expressão ‘bom procedimento’ remete à moralidade e à espiritualidade cristã setecentista; conforme consta do dicionário organizado pelo padre Raphael Bluteau, publicado em 1726, procedimento significa ‘modo de viver’; no glossário de Moraes Silva, de 1789, encontramos a definição ‘ordem de proceder moralmente’; e no dicionário organizado Luís M. S. Pinto, publicado em 1832, encontramos uma definição semelhante às duas anteriormente mencionadas, ‘maneira de portar-se’.

O trecho dedicado às obrigações do escrivão estabelece que a este oficial caberia o registro das receitas e das despesas da irmandade e discorre sobre as qualidades do irmão eleito para ocupar e exercer a função de escrivão.

assim deve de ser eleita pessoa inteligente para a boa ordem e direção dos livros, e de procedimento capaz de se fiar a dita ocupação que tanto importa a conservação e aumento desta Irmandade e deve ter o mesmo zelo, e cuidado que o Juiz dela, em ausência do qual há de suprir o seu lugar.

O ofício do tesoureiro é apresentado como de grande importância para a Irmandade de São Gonçalo, “por que dele depende toda a conservação da Irmandade, isto é, dos bens da fábrica”, isto porque a ele eram atribuídas as funções de preservar os bens da associação e de receber as esmolas e os anuais dos irmãos.

As esmolas atribuídas aos oficiais da mesa eram de vinte oitavas para o juiz e dez oitavas para o escrivão. Já para o tesoureiro é estabelecido que não haveria de pagar nada no ano em que

servisse. O mesmo se aplica ao procurador que “no ano que servir não dará esmola em atenção ao trabalho que deve ter”. A este oficial competia:

procurar, e zelar o aumento, e conservação desta Irmandade em tudo o que lhe pertencer assistindo a tudo, e vendo, que os Irmãos não faltem as suas obrigações, e que paguem as suas esmolas na forma deste compromisso, [...] e ajudará a compor, e ornar a Igreja, e muito especialmente nos dias festivos procurando em tudo o aumento desta Irmandade, e o culto, e veneração do Glorioso S. Gonçalo.

Os Irmãos de Mesa, por sua vez, eram obrigados a se reunirem junto aos oficiais quando solicitados e, nos casos em que não pudessem comparecer à reunião, deveriam remeter um escrito contendo a razão do impedimento à Mesa; “não o fazendo assim serão condenados por cada vez em uma libra de cera para a fábrica da Irmandade”. A eles cabia o pagamento de esmola no valor de quatro oitavas de ouro.

O capítulo 10 apresenta os deveres dos irmãos de São Gonçalo para com os confrades que viessem a falecer, definindo que cada irmão ou irmã deveria rezar “cinco estações de seis Padres Nossos, seis Ave Marias, e seis Glórias Patris”, destacando-se que tais orações eram compreendidas como grande caridade. Também consta deste capítulo a definição de que a irmandade deveria encomendar cinquenta missas todos os anos pelas almas de todos os irmãos já finados.

As disposições sobre os sepultamentos constam do capítulo 11. A preocupação com o bem morrer esteve presente no cerne da mentalidade barroca manifesta. Conforme aponta Boschi (1986, p. 150), “a garantia do sepultamento parece ter sido uma verdadeira obsessão por parte das populações mineiras coloniais”. O compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado estipula que os enterros realizados no templo deveriam ser devidamente acompanhados pela irmandade e pelo capelão. O texto prevê a possibilidade de os irmãos esperarem no adro da igreja, onde deveriam amparar os enlutados até o sepultamento do finado, rezando as orações prescritas no capítulo anterior, sendo elas: cinco estações de seis Padres Nossos, seis Ave Marias, e seis Glórias Patris.

Cabe ainda à presente análise destacar as disposições do compromisso relacionadas às esmolas e à festa. As esmolas eram um dispositivo muito importante para as finanças da

irmandade, sendo uma das principais fontes de renda para a associação ao lado dos anuais pagos pelos irmãos. Estas deveriam ser recebidas pelo tesoureiro e apresentadas aos oficiais da mesa, sendo aplicadas “nas obras, ornato e culto do mesmo santo”.

A festa deveria ser realizada “todos os anos no dia em que a Santa Madre Igreja reza do Glorioso São Gonçalo, e não podendo ser nele, no que a esta mesa e Pároco lhes parecer mais conveniente”. O dia 10 de janeiro, de acordo com a tradição hagiográfica, é dedicado ao santo. A festividade seria composta por missa cantada, comédias e fogos, sendo as despesas custeadas pela irmandade, mas também por membros da comunidade local.

As normativas registradas no Compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado seriam semelhantes às adotadas por outras irmandades dedicadas ao santo (ÁLMADA, 2011, p. 9). Os cargos da mesa responsáveis pela direção da associação eram os mesmos nas irmandades de São Gonçalo sediadas em Mariana e no Brumado.

Para glória da irmandade de São Gonçalo de Mariana

Os registros produzidos pelas tesourarias das associações leigas são testemunhos do cotidiano destas associações e permitem a reconstrução de algumas das atividades empreendidas pelos irmãos. As receitas e despesas da Irmandade de São Gonçalo de Mariana indicam que a irmandade vivenciava certa instabilidade financeira que, por sua vez, se refletia em problemas relacionados à realização da festa dedicada ao santo e da eleição dos oficiais da mesa.

A festa do santo foi debatida pelos membros da mesa dirigente no dia 16 de janeiro de 1753. Nesta ocasião, o juiz e mais oficiais lavraram um termo no qual definem que a festa seria celebrada no dia 28 de janeiro, sendo composta por sermão, missa cantada e santo exposto. As despesas deveriam ser em parte custeadas com os rendimentos da capela de São Gonçalo (30 oitavas de ouro) e o restante pago com as esmolas. A contenção de recursos destinados à festa foi justificada com base nas obras na capela que haviam se iniciado no ano anterior.

A primeira menção à obra da capela consta de um termo produzido em 25 de julho de 1752. O irmão Agostinho de Sá Costa ficou responsável pela obra e deveria receber o pagamento

parcelado, sendo 100 oitavas pagas ao dito irmão arrematante no início da obra e o restante pago com os rendimentos de esmolas.

Os irmãos de São Gonçalo retomaram a questão da obra em reunião datada do dia 02 de outubro de 1752 e estabeleceram a forma como a obra da capela deveria de ser conduzida. Os materiais utilizados deveriam ser tijolo e pedra, a capela deveria ser pintada com cal, sendo que apenas as cimalthas, cunhais e pilastras possuiriam acabamento de pedra cingida. Também decidiram a favor da construção de uma escada próxima à torre, de modo a auxiliar no escoamento de água, e de um portão ao pé da escadaria.

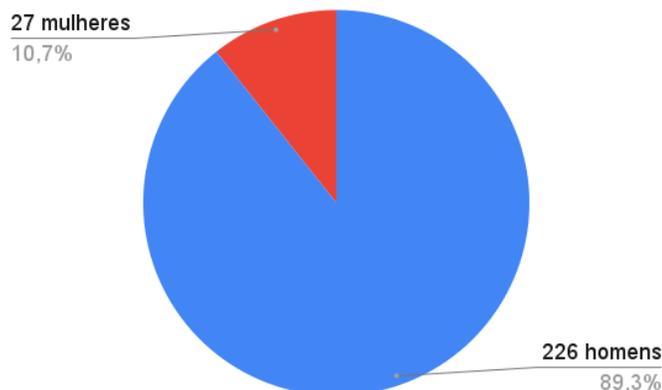
As contas da irmandade de São Gonçalo foram apresentadas, em fevereiro de 1754, à Câmara Eclesiástica, que, após análise, emitiu um parecer sobre as receitas e as despesas da Irmandade de São Gonçalo. Os oficiais da Câmara Eclesiástica reiteraram que as despesas apresentadas pelo irmão tesoureiro deveriam ser aprovadas pelos irmãos de mesa e recomendaram aos irmãos todo cuidado para com cobranças do que se devesse à irmandade.

Ser confrade de São Gonçalo

A reconstrução do perfil sociocultural dos irmãos de São Gonçalo será organizada a partir das categorias gênero, ocupação, monte-mor, escravaria, bens de raiz e proveniência. As eleições da mesa permitem a identificação de 253 pessoas que teriam participado ativamente da irmandade.

A divisão por gênero dos irmãos corresponde a 27 mulheres (10,7% do total) e 226 homens (89,3% do total). Os homens ocupavam os principais cargos (juiz, escrivão, tesoureiro e procurador). As mulheres, por sua vez, ocupavam o ofício de juízas por devoção e se dedicavam à organização da festa em homenagem a Gonçalo. Outras funções que poderiam ser exercidas por mulheres é a de protetora da capela e de irmã de mesa. No entanto, apenas uma mulher foi eleita protetora, dona Antônia Josefa de Almeida, nos anos de 1756, 1765, 1766 e 1767.

GRÁFICO 1: Classificação por gênero dos irmãos e irmãs da Irmandade de São Gonçalo de Mariana (1749-1769)



FONTE: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livro de Eleições, Receitas. e Despesas da Irmandade de São Gonçalo

Antônia Josefa de Almeida, identificada como Antônia de Almeida no termo de eleição, foi casada com o capitão Manoel Cardoso Cruz, que, conforme aponta Raimundo Trindade (1945, p. 202), era padroeiro da capela, por ter ofertado umas casas sitas em sua lavra como dote para a capela de São Gonçalo. A filha do casal, dona Izabel Barbara Francisca de Almeida, também participou da irmandade como juíza por devoção em 1755.

A análise das ocupações profissionais identificadas para os irmãos de São Gonçalo permitem a identificação de militares, membros do clero e advogados. Os militares foram os mais numerosos, com um total de 37 oficiais (3 ajudantes, 1 guarda, 16 alferes, 2 tenentes, 6 sargentos e 9 capitães).

Para a atividade eclesiástica foram identificados 28 irmãos (18 padres, 9 cônegos,² 1 bispo,) o que corresponde a 11,4% dos irmãos e irmãs identificados. O clero regular – vinculado às Ordens – foi reiteradamente proibido de se fixar no território das Minas por carta. Também foram

² Um dos cônegos foi também vigário geral.

encontrados quatro familiares do Santo ofício em nossa amostragem, nomeadamente: Antonio Alves Vieira; Tomé Dias Coelho; João Botelho de Carvalho e Manoel Teixeira Ribeiro. (RODRIGUES, 2012). O Santo Ofício era uma instituição portuguesa que admitia em seus quadros membros do clero e parte da população que atendessem aos critérios de honra e pureza de sangue.

O processo para habilitação de João Botelho de Carvalho, conforme aponta Aldair Carlos Rodrigues, terminou com a aprovação do candidato em 1744, após um longo processo que se iniciou em 1737. João Botelho foi acusado, por testemunhas que prestaram depoimentos ao Santo Ofício, de ter ascendência cristã-nova, no entanto estes depoimentos foram desconsiderados mediante a argumentação de que teriam sido falsidades propagadas por pessoas que o tinham como inimigo. João Botelho de Carvalho também receberá como mercê o hábito da Ordem de Santiago (RODRIGUES, 2012, p. 109), consagrando-se cavaleiro, e neste sentido, adquirindo outro “certificado” de pureza de sangue.

A política educacional do império português, durante todo o período colonial, manteve a proibição de se instalar universidades na América portuguesa. Nesta conjuntura, a formação eclesiástica foi encarada como uma alternativa viável para parte da população luso-brasileira que não detinha recursos necessários para investir no ingresso em universidades portuguesas (ALVARENGA, 2003, p. 95-96). Os membros do alto clero possuíam formação em cursos de Filosofia e Teologia, ofertados pelas universidades de Lisboa e Coimbra. O clero secular, permitido de se fixar na região das Minas, dividia-se em duas categorias: o alto clero, formado por bispos, cónegos, vigários gerais, vigários da vara, e o baixo clero, compostos por capelães e párocos.

Os doutores (licenciados e advogados), que possuíam formação em Direito, correspondem a 21 irmãos (8,3% do total). Dentre os doutores, destacam-se como irmãos de São Gonçalo que estiveram à frente dos principais cargos da irmandade (juiz e escrivão): doutor Manoel Ribeiro de Carvalho, eleito juiz em 1749; doutor João Dias Ladeira, juiz em 1752; doutor Paulo de Souza Araújo, escrivão em 1767; e os doutores José Botelho Borges, que também era vigário geral, e João de Souza Barradas, que serviram, respectivamente, como juiz e escrivão da irmandade em 1768.

Tabela 1: Distribuição por ocupação dos oficiais e irmãos da mesa da Irmandade de São Gonçalo (1749-1767)

| Ocupação/ofício | |
|------------------------|------------|
| Militares | 38 |
| Clérigos | 28 |
| Doutores e licenciados | 21 |
| NC | 166 |
| Total | 253 |

FONTE: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Livro de Eleições, Receitas. e Despesas da Irmandade de São Gonçalo.

Outra ocupação de destaque depreende-se do serviço camarário. As câmaras municipais, durante o período colonial, intermediavam as relações de poder a nível local, sendo compostas por vereadores eleitos. O *Áureo Throno Episcopalis* (1749), a que nos referimos anteriormente, cita nominalmente o doutor João Dias Ladeira e o licenciado Bernardo da Costa que se incumbiram de segurar hastes do palio utilizado durante a entrada oficial do primeiro bispo de Mariana.

O grupo dos oficiais da câmara pode ser dividido em duas categorias de modo a contemplar os que possuíam direito de voto em reuniões da câmara – juiz de fora, vereadores e procurador – e os que não tinham direito de voto – escrivão e tesoureiro. A tabela a seguir sintetiza algumas informações sobre os oficiais e irmãos da mesa que atuaram e também serviram na casa de câmara.³

³ A identificação dos cargos camarários procedeu-se mediante à consulta da relação de oficiais publicada em: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; Magalhães Sônia Maria de. (orgs). *Casa de Vereação de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

Tabela 2: Irmãos de São Gonçalo que serviram na casa de vereança de Mariana

| NOME | Cargo na irmandade | Serviço na Câmara |
|-------------------------------------|---|---|
| Capitão Manoel Cardoso Cruz | Juiz da irmandade em 1755 | Vereador em 1723 e 1744, juiz ordinário no ano de 1731 |
| João Pinto Alves de Carvalho | Juiz da irmandade em 1753 | Vereador em 1738 |
| João Ferreira Almada | Irmão da mesa em 1751, 1752 e 1763; juiz em 1762 | Procurador da câmara nos anos de 1745 e 1752 e vereador em 1750 |
| Doutor Manoel Ribeiro de Carvalho | Juiz da irmandade de São Gonçalo em 1749 e procurador em 1750 | Vereador no ano de 1749 |
| Licenciado Antônio Duarte | Irmão da mesa em 1757 | Procurador da câmara em 1747 e vereador em 1755 |
| Domingos Pinto Coelho Pena | Irmão da mesa em 1750 | Tesoureiro em 1750 |
| Manoel Alves da Neiva | Irmão da mesa em 1766 | Tesoureiro e procurador 1751 |
| Capitão Antônio Luís Brandão | Irmão da mesa em 1752 | Vereador no ano de 1751 e juiz por ordenação no ano de 1752 |
| Licenciado Bernardo da Costa | Irmão da mesa em 1749 e 1752 | Tesoureiro da câmara em 1749 e de vereador em 1753 |
| José Patrício Cardoso | Escrivão da irmandade em 1749; irmão da mesa em 1762 e 1765 | Procurador da câmara em 1760. |
| Licenciado Paulo Rodrigues Ferreira | Irmão da mesa em 1767 | Tesoureiro da câmara em 1763, procurador em 1781 e vereador em 1790 |
| Capitão Roque de Souza Graças | Escrivão da irmandade em 1752 | Vereador em 1764 |
| Manoel Dias da Silva Basto | Irmão da mesa em 1765 | Tesoureiro em 1764 e vereador em 1767 |
| Doutor Antônio da Silva e Souza | Irmão da mesa em 1762 | Vereador em 1786 |

| | | |
|-------------------------------|--|---|
| Doutor João de Souza Barradas | Irmão da mesa em 1762; escrivão em 1768 | Vereador no ano de 1788 |
| João da Silva Tavares | Irmão da mesa em 1762 | Vereador em 1755, 1759 e 1760; juiz pela ordenação em 1773 |
| Miguel Alves de Mesquita | Irmão da mesa em 1765; procurador e zelador em 1768 | Tesoureiro da câmara em 1779 |
| Domingos Gonçalves Fontes | Irmão da mesa em 1768 | Tesoureiro da câmara em 1777 e procurador em 1784 |
| Pedro da Costa Magalhães | Irmão da mesa em 1764; tesoureiro em 1766 | Tesoureiro da câmara em 1771; procurador em 1782 e 1791; oficial de barrete em 1787 |
| Pedro Duarte Pereira | Irmão da mesa em 1750 | Escrivão da câmara entre os anos de 1732 e 1749. |
| João da Costa Azevedo | Irmão da mesa em 1749 e 1764; escrivão em 1750; juiz em 1754 | Escrivão da câmara entre 1750 e 1792 |
| Miguel Peixoto de Araújo | Irmão da mesa em 1750 e 1757 | Tesoureiro da câmara em 1762 |

FONTE: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; Magalhães Sônia Maria de. (organizadoras). Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

Para avançar na reconstrução do perfil sociocultural faz-se necessário recorrer às fontes produzidas pelo cartório de ofícios de Mariana. As fontes mobilizadas durante a pesquisa foram os inventários *post mortem* do cartório de 1º Ofício de Mariana que compõem o acervo do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM).

Os inventários *post mortem* são documentos oficiais – produzidos por autoridades régias – que serviam para fins de registro, avaliação e partilha dos bens da pessoa inventariada. Eram produzidos nos casos em que a pessoa falecida possuísse bens para partilha e filhos menores. Enquanto processos judiciais compostos por diversas partes, como a relação de herdeiros, o exórdio de partilha, certidões, mandados, notificações, termos de curadoria e/ou tutoria,

despachos entre outros tipos documentais (FLEXOR, 2005, p. 1). Alguns inventários apresentam translados dos testamentos, instrumento de última vontade por meio do qual os sujeitos se projetavam para além da vida, almejando a redenção de suas almas. Foram identificados onze inventários para irmãos de São Gonçalo. Deste modo, observa-se que os inventários constituem uma amostragem pequena, porém, muito significativa, devido à escassez de fontes para o estudo deste sodalício.

A documentação indica que parte dos irmãos de São Gonçalo eram provenientes do norte de Portugal, como observa-se dos casos de Brás Pinto Mendes, Domingos Lourenço, José Botelho Borges, João da Costa de Azevedo e Custódio Fernandes dos Santos, e também de pessoas provenientes da colônia, como se constata do testamento de Antônia Josefa de Almeida, natural da freguesia da Candelária, da cidade do Rio de Janeiro.

O testamento de João Gonçalves Souto permite aferir naturalidade portuguesa, estado matrimonial de solteiro e a existência de filhos pardos e forros que tinham por mãe a preta forra Josefa Gonçalves Pontes. Sobre as irmandades, convém ainda destacar o seguinte trecho que indica a participação deste irmão em outro sodalício, dedicado ao Santíssimo Sacramento, formado por brancos:

Declaro que sou irmão de compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento e da Irmandade das Almas erigidas na Sé da cidade de Mariana e também sou irmão da Irmandade de São Gonçalo ereta na sua capela filial da freguesia da Sé da mesma cidade Mariana da qual sou também irmão de compromisso

Os bens de raiz correspondiam, na maioria das vezes, à maior parte do patrimônio dos inventariados. As únicas exceções foram os Cônego José Botelho Borges, que possuía cerca de 10 contos em barras de ouro, e João Ferreira Almada. As pessoas escravizadas, consideradas como bens semimoventes, também correspondiam a uma parcela significativa do valor total dos bens arrolados. A tabela a seguir apresenta a relação de pessoas escravizadas, bens de raiz, e monte-mor (valor total dos bens inventariados):

TABELA 3: relação de escravizados, bens de raiz, e monte mor identificados para irmãos de São Gonçalo, em Mariana

| Inventariado | Escravizados | Bens de Raiz | Monte mor |
|--------------------------|--------------|--|-------------|
| Brás Pinto Mendes | 13 | Fazenda na paragem do Gama (2.400.000); casas na rua São Gonçalo (38.400); outra morada de casas na rua São Gonçalo (50.000). | 3.911.062 ½ |
| João Gonçalves Pontes | 23 | Casas de sobrado no arraial de passagem (350.000); Casas térreas no arraial de passagem (30.000); metade de uma lavra no arraial de passagem (2.000.000). | NC |
| João Ferreira Almada | NC | NC | 6.685.075 |
| Francisco Gomes da Cruz | 26 | Fazenda chamada Paracatu no arraial Piranga (1.100.000); três sesmarias (800.000); sobrados localizados de frente para a capela de São Gonçalo em Mariana (600.000). | NC |
| Antônio Alves Vieira | 6 | Casas térreas nos Monsus dessa cidade (160.000); outras casas na rua dos Monsus (260.000) | 6.477.335 ½ |
| Domingos Lourenço | 1 | NC | NC |
| João da Cunha Veloso | 3 | Sobrado com oratório na parede no arraial de passagem(350.000); sítio velho e sem casas no arraial de passagem com nove datas de terras (50.000); metade de uma lavra em baixo da ponte do arraial de passagem (600.000) | NC |
| João da Costa de Azevedo | 3 | Sobrado na rua Direita em Mariana (900.000); outro Sobrado na rua | NC |

| | | | |
|-------------------------------|----|--|------------|
| | | Direita (300.000); Casas térreas na rua do Pissarão para à São Gonçalo em Mariana (200.000); sobrado na rua do Rosário novo em Mariana (400.000); Fazenda no ribeirão das Cargas no arraial do Sumidouro (800.000) | |
| José Botelho Borges | 61 | Lavra no fundão do arraial de Passagem (6.400.000); sobrado na rua Nova em Mariana (600.000); outro sobrado na rua Nova (150.000); casas no alto do arraial de passagem (180.000) | NC |
| Antônia Josefa de Almeida | 31 | Casa na rua Pissarão (900.000); capelinha chamada o Paço (170.000); metade de uma lavra na paragem de Tapoanhacanga (4.800.000) | 13.620.123 |
| Custódio Fernandes dos Santos | 4 | Sítio no Apaga Fogo, aplicação da Barra do Bacalhau (220.000); Terras no córrego São José da freguesia de Guarapiranga (50.000) | 716.875 |

FONTE: Arquivo Histórico Casa Setecentista de Mariana. Cartório primeiro ofício. Inventários.

Observa-se que dos onze casos estudados, quatro referem-se a pessoas que se dedicavam à mineração. O arraial de passagem possuía três lavras pertencentes aos irmãos de São Gonçalo, destacando-se uma, cuja propriedade era dividida entre João da Cunha Veloso e João Gonçalves Souto. A análise dos bens de raiz dos irmãos revela também que parte deles eram proprietários de fazendas que abasteciam o mercado interno, sendo este o caso da roça denominada Paracatu, propriedade de Francisco Gomes da Cruz (ARAÚJO, 2018, p. 128).

Considerações finais

Os inventários selecionados compõem uma amostra e, portanto, não fornecem informações sobre os irmãos de São Gonçalo em sua totalidade. O perfil social desta associação contemplaria pessoas que se dedicavam às diversas atividades econômicas, com destaque para atividades agropastoris e mineradoras. Parte dos membros estariam incluídos ao grupo que podemos designar como “elite local”, que reunia os chamados “homens bons”, isto é, aqueles que se destacavam pela riqueza e pela posse de terras e de escravizados. Outra parte, porém, possuía um patrimônio modesto e vivia de forma mais simples se comparados ao primeiro grupo.

É interessante observar que doze nomes⁴ identificados no Livro de Eleições da Irmandade de São Gonçalo aparecem também na Listagem dos homens ricos de Minas Gerais (1756), elaborada em uma conjuntura marcada pela reconstrução de Lisboa, que havia sido destruída pelo terremoto de 1755 (ALMEIDA, 2010, p. 221-246).

O Livro de Eleições permite aferir a presença de eclesiásticos do baixo e do alto clero, licenciados e advogados, militares de diferentes patentes e oficiais da Câmara. Também concede luz à participação das mulheres que exerciam a função de juízas por devoção e ficavam incumbidas de recolher esmolas e de auxiliar a organização da festa.

Na documentação estudada não há menção à qualidade social dos irmãos, contudo, supomos que a Irmandade de São Gonçalo de Mariana seria composta por pessoas que se identificavam como brancas. Quanto à condição, não há indícios de que pessoas escravizadas tenham participado desta associação.

A análise deste sodalício auxilia na compreensão das dinâmicas sociais da cidade de Mariana na medida em que agrega conhecimentos sobre uma rede relacional composta por indivíduos mais abastados, como o cônego José Botelho Borges, e também por pessoas que viviam de forma mais simples, como Custódio Fernandes dos Santos. A participação dos indivíduos mais elitizados – que

⁴ Os membros da irmandade identificados na listagem dos homens ricos de Minas Gerais foram: Antônio Alves de Souza, Antônio Duarte, Antônio de Araújo Soutelinho, Antônio Luís Brandão, João da Costa de Azevedo, João Ferreira Almada, João Pinto Alves, José Dias Penido, Manuel da Cunha Ozório, Manuel de Crasto Guimarães, Manoel Ribeiro Carvalho, e Tomé Dias Coelho.

se destacavam por possuírem títulos eclesiásticos, por atuarem como oficiais na Câmara ou por serem proprietários de terras e de escravizados – pode ter sido encarada como estratégia para se arregimentar influência junto aos irmãos menos favorecidos do ponto de vista socioeconômico. Outro fator que motivou a adesão dos irmãos ao sodalício estudado diz respeito ao vínculo dos portugueses para com São Gonçalo de Amarante, evidenciado no estudo da tradição hagiográfica.

Referências bibliográficas

- ÁLMADA, Márcia. *Das Artes da Pena e do Pincel: caligrafia e pintura em manuscritos*. Tese (doutorado): Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.
- ALMADA, Márcia. *Registros de Santos, Compromissos de irmandades e imagens que navegam no mundo atlântico*. Portuguese Studies Review, vol. 18, no. 1, Jan. 2010. Pág. 7-35.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2010.
- ALVARENGA, Thábata Araújo de. *Homens e livros em Vila Rica: 1750-1800*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência no Brasil*. Lisboa: Oficina Real. 1711.
- ARAUJO, Regina Mendes de. *Vereadores da Câmara de Mariana: perfil socioeconômico, redes relacionais e poder local*. 2018. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.
- BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português, e latino*. Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1728.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- CARDOSO, George. *Agiologio Lusitano*. Lisboa: Oficina Craesbeekiana, 1652.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. (organizadoras). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.
- CUNHA, Arlindo de Magalhães Ribeiro da - São Gonçalo de Amarante, Cónego da Colegiada de Guimarães?. In Congresso Histórico de Guimarães, 2º, Guimarães, Portugal, 4-27 Outubro 1996. Actas do congresso: Vol. 5: Sociedade, Administração, Cultura e Igreja em Portugal no séc. XII. Guimarães, Braga: Câmara Municipal de Guimarães, Universidade do Minho, 1998, p. 181-203
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Inventários e testamentos como fonte de pesquisa*. 2005.

Flos Sanctorum em lingoage portugues. Lisboa: Hermão de Campos & Roberte rabelo, 1513.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural.* Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geo-ciências (IGC), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

OLIVEIRA, Anderson J. M. *Santos pardos e pretos na América portuguesa: catolicismo, escravidão, mestiçagem e hierarquias de cor.* Stud. His., H. Mod., Salamanca, Espanha, v. 38, n. 1, p. 65-93, 2016.

PAIVA, José Pedro. *Etiqueta e cerimônias públicas na esfera da Igreja (séculos XVIIIXVIII).* In: JANCSO, Isteván e KANTOR, Íris. *Festa: Cultura e sociabilidade na América portuguesa.* Vol. 2. São Paulo: Hucitec: Editora USP: Fapesp: Imprensa Oficial. 2001.

PENTEADO, Pedro. *Confrarias portuguesas da época moderna: problemas, resultados e tendências de investigação.* Revista Lusitania Sacra, n. 7: Confrarias, Religiosidade e Sociabilidade: Séculos. XV a XVIII, 1995.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira.* Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e inquisição em Minas colonial: os familiares do Santo Ofício (1711-1808).* Dissertação (mestrado em história). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SALLES, Fritz Teixeira. *Associações religiosas no ciclo do ouro.* 2ª edição – São Paulo: Perspectiva. 2007.

SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva.* Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789.

SILVA, Francisco Ribeiro. *Áureo Throno Episcopal.* Lisboa: Oficina de Miguel Menescal da Costa, 1749.

TRINDADE, Raimundo. *Instituições e igrejas do bispado de Mariana.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

VASCONCELLOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904.

VASCONCELLOS, Salomão de. *Mariana e seus templos: era colonial 1703-1797.* Belo Horizonte: Queiroz Breyner LTDA, 1938.

VELOSO, Tércio. *Do arraial à cidade: ocupação do espaço e dinâmica urbana na (re)construção de Mariana, Minas Gerais (1742-1747).* Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, Vol. 5, n. 1, Jan./Abr., 2013. Pág. 145-166.

Fontes documentais manuscritas

Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del Rei (AEDSJ)

AEDSJ. Compromisso da Irmandade de São Gonçalo do Brumado. 1738.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)

AEAM. Livro de Eleições, Receitas e Despesas da Irmandade de São Gonçalo de Mariana.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (AHCSM)

AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, código, auto): 1766, 16, 486.

AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, código, auto): 1767, 150, 3137.

AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, código, auto): 1769, 80, 1696.

AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, código, auto): 1769, 80, 1696.

AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, código, auto): 1769, 152, 3183.

AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, código, auto): 1777, 42, 953.

AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, código, auto): 1783, 49, 1112.

AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, código, auto): 1783, 92, 1926.

AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, código, auto): 1792, 92, 1927.

AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, código, auto): 1795, 14, 453.

AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, código, auto): 1804, 104, 2164.

AHCSM. Cartório do 1º ofício, inventários (ano, código, auto): 1805, 74, 1556.